



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

**APARECIDA DE ALMEIDA DE JESUS
JOÃO PAULO REGINALDO GONÇALVES**

**RECURSOS DIGITAIS E TECNOLÓGICOS NA PRÁTICA
PEDAGÓGICA – O CASO DO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA**

PORTO VELHO
2023

**APARECIDA DE ALMEIDA DE JESUS
JOÃO PAULO REGINALDO GONÇALVES**

**RECURSOS DIGITAIS E TECNOLÓGICOS NA PRÁTICA
PEDAGÓGICA – O CASO DO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA**

**Artigo apresentado ao Curso Superior de
Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia,
como requisito para a obtenção do título de
Tecnólogo em Gestão Pública.**

Orientadora: Profa. Dra. Sheila Castros do Santos

**PORTO VELHO
2023**

FICHA CATALOGRÁFICA
IFRO - CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

J58r Jesus, Aparecida de Almeida de.

Recursos digitais e tecnologias na prática pedagógica – o caso do Instituto Federal de Rondônia. / Aparecida de Almeida de Jesus; João Paulo Reginaldo Gonçalves – Porto Velho, Rondônia, 2022.

26 f.

Orientadora: Profa. Dra. Sheila Castro dos Santos.

Co-orientadora: Profa. Esp. Marialva Souza Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública).

1. Tecnologia digital. 2. Práticas pedagógicas. 3 Gestão pública. I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. II. Título.

CDD: 371.334

Bibliotecária Responsável: Gizele de Melo Viana CRB11/914

RECURSOS DIGITAIS E TECNOLÓGICOS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA – O CASO DO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA

Aparecida de Almeida de Jesus¹
João Paulo Reginaldo Gonçalves²
Sheila Castro dos Santos³
Marialva Souza Silva⁴

RESUMO

Este estudo buscou analisar os recursos digitais e tecnológicos da prática didática do Instituto Federal de Rondônia, tendo como objetivos evidenciar como a atividade educativa foi sendo adaptada na chamada era digital, os pros e os contra que o Ensino a Distância traz, mostrando também quais as leis e decretos regularizaram a EaD. Tendo por base metodológica a pesquisa qualitativa com pesquisa bibliográfica, devidamente citadas no decorrer do texto. Após ter finalizado a pesquisa observou-se que apesar desse modelo de ensino-aprendizagem ter sido aplicado de maneira impositiva, houve aceitação e uma determinada eficiência quando se trata na oferta de cursos onde não havia como ser ofertado de maneira presencial, contudo, ainda há resistência ao ensino EaD e a prática pedagógica para ser eficaz tem a necessidade de que o estudante tenha sua autonomia e comprometimento com seu aprendizado.

Palavras-chave: Tecnologia digital, Prática pedagógica, Curso Gestão Pública

ABSTRACT

This study sought to analyze the digital and technological resources of the didactic practice of the Federal Institute of Rondônia, aiming to show how the educational activity was being adapted in the so-called digital age, the pros and cons that Distance Learning brings, also showing which are the laws and decrees regularized EaD. Based on the methodology of qualitative research with bibliographical research, duly cited throughout the text. After completing the research, it was observed that despite this teaching-learning model having been applied in an imposing way, there was acceptance and a certain efficiency when it comes to offering courses where there was no way to be offered in person, however, there are still Resistance to EaD teaching and the pedagogical practice, to be effective, the student needs to be autonomous and committed to his learning.

Keywords: Digital technology, Pedagogical practice, Public Management Course

¹ Graduanda do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Rondônia – IFRO.

² Graduando do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Rondônia – IFRO.

³ Orientadora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD - IFRO Zona Norte Porto Velho. RO. - Doutora em Geografia; e-mail: sheila1705@gmail.com

⁴ Professora e Coorientadora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD - IFRO Zona Norte Porto Velho. RO. Especialista em Gestão da Educação a Distância; Especialista em metodologias ativas aplicadas ao ensino superior e Mestra em Educação.

1. INTRODUÇÃO

Com a denominada Era Digital veio a necessidade de adequação dos serviços das mais diversas atividades se renovarem em técnicas e metodologias, a educação foi uma dessas atividades que buscaram se adaptar ao mundo digital. Dessa maneira, foi desenvolvido aos poucos um perfil para o aluno deste século, o que chama a atenção foram os processos interativos que envolvem educação-ensino-educando que foi criado dentro da atual cibercultura em formação.

Dessa forma, surgiu uma nova demanda no ambiente escolar, pois torna-se imprescindível renovar as práticas pedagógicas por meio da introdução de novas tecnologias, diante do rumo das políticas públicas nacionais e da incorporação da tecnologia da informação e comunicação às instituições escolares. Segundo Lima, (2018) a procura por formas alternativas de estudos tem aumentado muitos nos últimos anos, porém em 2020, a modalidade de ensino EaD, antes tida como opção, agora se tornou a forma mais viável de dar continuidade aos estudos interrompidos por conta isolamento social estabelecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Foram muitas as dificuldades enfrentadas tanto pelos educandos, quanto pelos educadores, com isso se fizeram necessário a implementação de uma nova prática pedagógica, com utilização de ferramentas virtuais. O que antes da pandemia era utilizado por opção na graduação passou a ser aplicado em todos os níveis educacionais, seja no ensino básico ou superior, a utilização das práticas EaD se fez presente como parte dos conhecimentos pedagógicos nas escolas de uma maneira geral. Nesse sentido, “pode-se observar os objetivos das políticas públicas que ocasionam reformas educacionais, que embora lentas em sua perspicácia e execução, ocorrem com certos requisitos” (LIMA, 2018, p.38).

Observou-se, que dantes havia um tempo mais lento para execução de determinadas práticas pedagógicas, o que não ocorreu para implementação das práticas remotas, pois não havia tempo para esperar, e nesse sentido os Institutos Federais e Tecnologias (IFs) não foram diferente, foram realizadas ações com objetivos de impactar positivamente através do uso da Tecnologia da Informação e Comunicação em processos que visam promover o desenvolvimento regional, competências e técnicas gerenciais, proporcionando ao estudante visão ampla, sistêmica e estratégica para identificar e propor soluções nos problemas

organizacionais; favorecer a realização de pesquisa, inclusive sobre gestão, visando à qualificação dos profissionais. (IFRO, 2022).

Na literatura educacional não existe escritura sobre o termo “ensino remoto emergencial”, uma vez que, diante do contexto a pandemia do novo coronavírus (Sars-CoV-2), é uma experiência extremamente nova. As atividades pedagógicas não presenciais (APNP) não devem ser, portanto, consideradas como modalidade ensino, uma vez que se constituem como alternativa para a manutenção do processo de ensino e aprendizagem até pouco tempo realizado na modalidade presencial. (COSTA, 2021)

Nesse sentido o gestor do curso de Gestão Pública, teve assim como outros que tomar decisões, visando a melhoria do desempenho da Instituição pública inserida em Rondônia, direcionada a preparar tecnólogos responsáveis com a ética, com a sustentabilidade socioeconômico e ambiental e direitos humanos (IFRO Resolução12/2020. p11-12), aplicou práticas pedagógicas que ainda estão em uso.

Ramos (2011), diz ser preciso reconfigurar uma nova sala de aula mais flexível, capaz de promover o desenvolvimento pleno dos nossos alunos, isso significa não somente desenvolver as habilidades cognitivas tradicionais, mas também as habilidades e competências que são fundamentais para se viver no século XXI, que se integram e que dialogam, diretamente, com as competências cognitivas, chamadas competências socioemocionais. Esses tipos de competências, alguns estudiosos já as denominaram de competências híbridas. Vale ressaltar que essas habilidades e essas competências, que são tão importantes para se viver no século XXI, não se desenvolvem no processo ensino/aprendizagem (LIMA, 2021). O ensino a distância não é um método novo; novidade é sua adoção no Brasil para implantação de cursos superiores.

No entanto, Santos et alii (2014), apresenta que a evasão nos cursos na modalidade a distância tem sido um problema mundial enfrentado pelas instituições de ensino. Segundo Favero (2008), também há aqueles que se matricularam e desistiram do curso, porém nunca se apresentaram ou se manifestaram de alguma forma no ambiente virtual para seus colegas e mediadores. Podendo acontecer desistência em qualquer fase do curso. Na opinião de Coelho (2002), um dos principais motivo de tal evasão nos cursos, deve-se ao fato de insuficiente domínio das tecnologias digitais, também a ausência de reciprocidade da comunicação e a

falta de um agrupamento de pessoas, como seria, caso estivesse em um curso presencial.

2. METODOLOGIA

Desta forma, este estudo foi realizado como pesquisa qualitativa feita por meio de revisão bibliográfica, com um texto dissertativo a respeito da nova forma de ensino que submergiu com a chegada da pandemia causada pelo novo Corona Vírus dentro do Instituto Federal de Rondônia, e que de maneira inesperada, se tornou imprescindível na prática pedagógica do instituto, demonstrar a importância e os benefícios que as TDs - Tecnologias Digitais trouxeram para a educação e como foi integrado efetivamente o uso dessas (TDs) como um recurso no processo de ensino e aprendizagem no âmbito escolar do IFRO, pois como bem elenca Silva (2012), “A combinação de tecnologia com a produção de conhecimento estimula os alunos a explorar, compartilhar, interagir, produzir, experimentar, pensar, questionar e colaborar

A presente pesquisa foi justificada pela necessidade que há de ocorrer aprofundamento maior neste assunto e pelo nível de complexidade que apresentou, achou-se necessário o entendimento em relação às políticas públicas em favor do melhoramento do acesso ao novo sistema de “ensino-aprendizagem”, pois para se ter um ensino superior à distância de alta qualidade inclui vários grandes investimentos iniciais como, na preparação de material didático, na formação de equipes multidisciplinares, na criação de centros de apoio presenciais e na disponibilização e aplicação de outros recursos de aprendizagem (métodos e pessoal) no ensino e na gestão do sistema de ensino a distância.” (CARVALHO, 2009, p. 13-14).

Segundo Lakatos e Marconi (1991, p. 19), para a realização da confecção de um trabalho científico deve-se possuir o conhecimento racional, este é direcionado as exigências do uso de metodologia está constituído de “uma série de elementos básicos, tais como sistema conceitual, hipóteses, definições” sendo diferentes do conhecimento comum ou do “conhecimento poético, e da compreensão imediata, sem que se busquem os fundamentos, como é o caso do conhecimento intuitivo”. Desta maneira, este trabalho foi elaborado de maneira sistematizada utilizando para tais textos científicos e regras normatizadoras para a educação a distância, sendo que a

sistematização de conhecimentos, é um conjunto de proposições logicamente correlacionadas sobre o comportamento de certos fenômenos que se deseja estudar.

3. OS DIFERENTES USOS DA EDUCAÇÃO – OS AMBIENTES VIRTUAIS

Costa (2004) ao tratar sobre os diferentes tipos de uso em educação, infere que “aprender a partir da tecnologia; aprender acerca da tecnologia; aprender através da tecnologia; aprender com a tecnologia”, faz-se necessário e a utilização de recursos técnicos de comunicação e informação mais avançados e inovador na educação foi inicialmente fortalecida pela abertura dada pela Lei nº 9.394, de 1996, especialmente no estampado no art. 80, o qual afirma claramente que o governo incentiva o desenvolvimento e a oferta de programas a distância em todos os níveis e formas de ensino, cabendo à União, a realização de exames e a regulamentação do registo de diplomas.

Nessa perspectiva, observou-se por meio de pesquisa, que também, o ensino mediado pelas (TICs) é um produto da interação das experiências, tanto individuais como sociais do estudante, e desta forma, não tem se mostrado como um fenômeno isolado. Além disso, em agosto de 2007, a Secretaria de Educação a Distância do MEC publicou um documento intitulado “Referências de Qualidade para o Ensino Superior”, que revelou os parâmetros que norteiam a educação a distância no Instituto Federal e destacou diferentes modelos de programas em diferentes desenhos e linguagens, utilizado para o ensino da Educação a Distância e combinando recursos tecnológicos.

Lembrando que o aluno EaD precisa ser determinado e disciplinado para que possa sair da graduação com um maior aproveitamento de estudo possível, ou seja, deve ter autonomia, se equiparando aos estudantes presenciais na perspectiva de concluir o curso com sucesso. Vieira (2011), diz ser senso comum, nomear a independência como uma das condições para o sucesso do aluno no ensino a distância, colocando nesse sentido que o aluno deve ser autodidata. Neste contexto, a autonomia é entendida como a capacidade de transferir e/ou cruzar fronteiras, e que a aptidão de transposição e superação dos limites que induzem a reprodução da informação para a construção do conhecimento. Assim, um aprendiz independente, seja na educação presencial ou a distância, “é considerado uma pessoa que, assume a condição de sujeito consciente que processa informações e constrói novas

informações. Sua capacidade de se controlar vem da capacidade de sentir e, especialmente, de sentir a si mesmo, entendendo a pesquisa, como processo de busca se dá em conexão e interação com o outro” (VIEIRA, 2011, p. 74).

Segundo Lima (2018), a procura por formas alternativas de estudos tem aumentado muitos nos últimos anos, porém em 2020, a modalidade de ensino EaD, antes tida como opção, agora se tornou a forma mais viável de dar continuidade aos estudos interrompidos por conta isolamento social estabelecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Alves (2011) diz que provavelmente, primeiras experiências na busca da Educação a Distância no território brasileiro tenham ficado sem registro, visto que os primeiros dados conhecidos são do século XX. Sendo o primeiro registro realizado pelo Jornal do Brasil em 1904, na primeira edição da seção de classificados, com o anúncio que oferecia a profissionalização por correspondência para datilógrafo. em 1923, um grupo liderado por Henrique Morize e Edgard Roquette-Pinto criaram um programa de rádio, onde a Sociedade do Rio de Janeiro oferecia cursos profissionalizantes, dando início assim, a Educação a Distância pelo rádio no Brasil. (ALVES, 2012, p. 5)

[...] caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005).

Em 1970, especialistas de diferentes países realizaram trabalhos sobre aplicação de tecnologia digitais na educação, tais trabalhos focaram no desenvolvimento de software, e na condução de experimentos-piloto em escolas. Desse ponto de vista, na década de 70, a história da computação começa com o ensino público no Brasil; Com a participação de universidades, com destaque para a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e a Universidade Estadual de Campinas - Unicamp (ALMEIDA 2008 apud Valente; Almeida, 1997).

Conforme explicação de Oliveira (2019), a EaD é reconhecida como modalidade de ensino pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mas somente com o decreto 5.622 de 2005 foi regulamentada. Um novo decreto em 2017, que revoga completamente o de 2005. Além disso, em 2019, por meio da portaria nº 90 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes),

iniciam-se as possibilidades para oferta de programas de pós-graduação *stricto-sensu* na modalidade a distância. Nota-se, com isso, que a discussão sobre a EaD se faz importante, garantindo que as práticas pedagógicas desenvolvidas estejam focadas efetivamente na aprendizagem dos alunos.

Desta forma, a Educação a Distância,(EaD) é amparada legalmente pelo Decreto nº 9.057, de 25 de 2017, com seu regulamento prescrito no art. 80 da Lei nº 9.394, de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), pela Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, a qual estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017;e sendo uma de sua característica a modalidade de aprendizagem potencializada pelo uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação, onde professores e alunos estão fisicamente separados no espaço e/ou no tempo, é cada vez mais utilizado, por exemplo, na educação básica, universidades e cursos livres, podendo ou não apresentar momentos presenciais. (ALVES, 2011).

Nunes (1994), afirma que a educação a distância é um meio de importância imensurável para atender grandes grupos de alunos em lugares diferentes, nesse sentido o autor afirma que a modalidade EaD possui mais eficiência do que outras modalidades e sem o risco de queda na qualidade dos serviços oferecidos devido à ampliação da base dos alunos atendidos, contudo, não se compatibiliza com essa concepção, pois os usos intensificados das tecnologias digitais nesta modalidade de ensino, ainda encontra-se dispare no Brasil, pois ocorre uma certa dificuldade por parte dos alunos e professores quanto ao uso correto das TICs, como se pode constatar através da percepção de Santos et al (2014), que evidencia a evasão nos cursos na modalidade a distância, segundo os autores, a evasão é resultado de um problema mundial enfrentado pelas instituições de ensino.

Segundo Favero (2008), também há aqueles que se matricularam e desistiram do curso, sendo que estes nunca se apresentaram ou se manifestaram de alguma forma no ambiente virtual para seus colegas e mediadores. Podendo acontecer desistência em qualquer fase do curso. Mesmo com o impacto positivo do uso das TICs, um dos principais motivos de tais evasões nos cursos, deve-se ao fato de insuficiente domínio das tecnologias digitais, também a ausência de reciprocidade da comunicação e a falta de um agrupamento de pessoas, como seria, caso estivesse numa instituição física na concepção de Coelho (2002). Apesar dessas dificuldades,

graças às novas tecnologias no campo da informação e comunicação, que novas oportunidades despontam para a educação nos processos de aprendizagem a distância pois proporciona acesso às pessoas nos lugares mais remotos, onde algumas vezes as políticas públicas para educação não alcançam.

O desenvolvimento desta forma de educação serviu para a concretização dos mais diversos projetos educativos, e das mais complexas situações, tais como: cursos profissionalizantes, divulgação científica, campanhas de alfabetização e também educação formal em todos os níveis e áreas. do sistema educacional (LITWIN, 2001). Segundo Maia e Mattari (2007) e Alves (2011), atualmente a EAD é praticada nas mais diversas áreas, usada na Educação Básica, no Ensino Superior, em universidades abertas, universidades virtuais, treinamento governamentais, cursos abertos, livres etc.

Alguns fatores justificam a opção pelo ensino a distância, destacando-se entre eles: falta de tempo, distância, finanças, oportunidade de fazer cursos, possibilidade de entrar em contato com outros estudantes de diferentes classes sociais, culturais, econômicas e experimentais. Nesta perspectiva, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tem a missão, segundo Lima (2018, p. 143) de “proporcionar educação profissional e técnica pública, gratuita e de qualidade a toda a sociedade brasileira. Apesar dos múltiplos desafios da rede, ela não deve perder de vista seu caráter inclusivo e sustentável e atuar sempre com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e sociocultural do país”.

No Brasil, as práticas educacionais, de pesquisa e ensino aliadas ao uso das TICs, tem influenciado na atualidade de uma maneira considerável as práticas pedagógicas da educação. No entanto, o maior desafio continua sendo o resultado positivo na difusão das tecnologias de informação e comunicação e o desenvolvimento em larga escala. Nos anos de 1980, foram marcados pelo estabelecimento dos primeiros programas públicos baseados na participação ativa dos estudantes. Na década de 1990, com a criação da Secretaria de Estado de Educação a Distância (SEED/MEC), houve um forte impulso para programas de uso de tecnologia na educação a distância e aprendizagem baseada em tecnologia por meio da colaboração federal, estadual e municipal.

O Decreto 9.057/2017, discorre no Art. 1º considera que educação a distância é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem deve ocorrer com a utilização de meios e tecnologias de

informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

Na concepção de Costa (2021), o ensino híbrido é uma nova forma de redefinir o processo de ensino e aprendizagem em um ambiente escolar imerso na cultura digital, pois usando as tecnologias digitais de informação e comunicação (DICT) para adaptar os métodos de ensino e aprendizagem, visa-se uma melhor efetividade no ensino-aprendizagem, apresentando aos professores as formas tecnológicas para integrar no currículo escolar, integrando tecnologias digitais em disciplinas educacionais. E, na perspectiva de Moran (2012) a EaD é o processo de ensino, intercedido por computadores, no qual professores e estudantes estão fisicamente separados, mas interligados por tecnologias (digitais) de informação e comunicação (TDICs).

Resultados mostram que a EaD e o Ensino Remoto podem ser utilizados em todos os níveis, no entanto deve-se ter políticas públicas desenvolvidas para generalizar o acesso à Internet para alunos em instituições públicas de ensino e treinamento de professores para usar aplicativos Web.

Nos livros didáticos não há menção ao termo “ensino a distância urgente” ou ensino remoto de emergência, (ERE) se trata de uma experiência completamente nova no contexto do período pandêmico do novo coronavírus (Sars-CoV-2). Durante a pandemia e com as medidas sanitárias, o ensino teve as aulas realizadas de forma síncrona e ou assíncrona, videoaulas, palestras com sistema de web, conferência e as atividades seguiam as vezes intercaladas por semana no ensino virtual (AVA), de forma assíncrona, ou seja; “não acontece em tempo real”. Porém, seguindo os princípios do ensino presencial (COSTA, 2021, p. 07).

Desde a urgência do ensino a distância, até a necessidade de gerenciar os processos de ensino e aprendizagem em um mundo vivendo ainda a pandemia, os professores têm trabalhado para integrar diversas outras funções por serem de grande relevância em todo o sistema de ensino.

Não se tratou apenas de compartilhar conhecimento. Os professores tornam-se produtores, orientadores, parceiros e mentores dos alunos, incluindo controle, monitoramento e intervenções educacionais que incentivam métodos positivos nos alunos, ambientes escolares mistos, híbridos, presenciais ou remotos. Segundo

Moran (2012), deu-se a necessidade aos professores de tornarem-se proficientes no uso das tecnologias de comunicação e informação digital (TICD) disponíveis, sendo capazes de configurá-las de acordo com os objetivos didático-pedagógicos definidos nos planos de aula.

Saber utilizar adequadamente as possibilidades oferecidas pelas ferramentas tecnológicas, melhora a conexão entre os atores do ambiente educacional: alunos e educadores. Desde a seleção de conteúdos essenciais para o desenvolvimento (intelectual) do aluno, no processo de encorajamento, motivação e estimulação do aluno, na manutenção de uma comunicação clara e autêntica com as famílias dos alunos para saber mais sobre sua situação social, na organização das atividades para que possam ser realizadas em equipe em um ambiente virtual de aprendizagem, ajudar os alunos a viver valores construtivos, pessoais e sociais.

“Todas as instituições precisaram repensar seus sistemas de avaliação e criar algo que funcione em um mundo digital” (COSTA, 2021, p.13). a partir do dia 28 de abril de 2020, com a aprovação unânime do Conselho de Educação das orientações para escolas durante a pandemia de corona vírus com o objetivo de “estimular as instituições a tomarem medidas mais ativas e eficazes para garantir o ensino e a aprendizagem durante esta pandemia”. Alves (2011) enfatiza existência de vários conceitos de ensino a distância, porém, todos eles têm algumas características comuns, para Bernardo (2009), o conceito de educação a distância está escondido sob diferentes formas de aprendizagem, em diferentes níveis, que não estão sob a supervisão constante e direta de professores em sala de aula, ou no mesmo local que os alunos. O ensino a distância se beneficia do planejamento, liderança e direção de uma organização educacional.

Behar & Schneider (2015), levantaram em suas pesquisas não só pontos positivos, mais também alguns aspectos negativos referente às necessidades de reforço virtual pelos alunos-tutores ou por tutor auxiliar da ministrante quanto ao seu papel (professor, tutor ou aluno), os autores observaram que aulas e dinâmicas de entrosamento presenciais, evidenciaram pouca aproximação quanto à cultura de EaD, o que deveria haver ampliação da carga horária para inserir maior discussão sobre os papéis de cada indivíduo dentro do contexto educacional. A observação no desenvolvimento individual do aluno, também deve ser observada, pois ela é frequentemente negligenciada, pelas notas obtidas ou conceitos obtidos de maneira

avaliativa, pois o que é realizado deve ser observado se há realmente eficácia no que tange ao tutor-aluno no acompanhamento do plano de desenvolvimento individual.

Já os aspectos positivos observados por Behar & Schneider (2015) incluem: compreensão da EaD como modalidade organizada, a necessidade de mudança de metodologia para a EaD e de inclusão das TICs na educação; qualidade do material de apoio e aporte teórico; entendimento sobre os papéis, as atribuições de cada ator e suas respectivas competências; incentivo à reflexão; possibilidade de trabalho coletivo; uso dos instrumentos como questionário de mapeamento de competências e roda das competências como meio de autoconhecimento; condições para avaliação da sua prática; acolhimento e mediação como parte da sistemática de avaliação. Assim, os aspectos levantados nas duas unidades de análise apontam para o que é exposto por Perrenoud (2002, p. 109):

MILL, et al (2018) conclui que antes de considerar estratégias, processos, ferramentas ou qualquer elemento pragmático da gestão da educação pública a distância, e preciso refletir sobre os fundamentos estruturais do pensamento que nos orienta para uma gestão eficaz da educação pública a distância com finalidade social. Uma reflexão que leve à reversão dos princípios da empresa como instituição pública; em todas as tentativas de minar a ética de trabalho da criação de conhecimento competente e reduzir a pesquisa como um princípio educacional, e todas as tentativas de impedir o ideal de criar verdadeiras comunidades democráticas e solidárias, que compartilhem objetivos e promovam a cooperação como forma e princípio de autonomia, desenvolvimento e liberdade. (MILL et al, 2018).

3.1 O CASO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA DE GESTÃO PÚBLICA MODALIDADE EAD DO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA

No curso superior de Tecnologia em Gestão Pública na modalidade a Distância (EaD), a área de conhecimento está disposta no eixo tecnológico das Ciências Sociais Aplicadas com carga horária de 1.800 horas na habilitação tecnológica em Gestão Pública, tendo o acesso de ingresso por meio de processo seletivo público, ou por transferência externa ou edital específico, sendo 1000 vagas anual, sendo a distribuídas em Polos de Apoio Presencial Campus de Funcionamento no campus

Porto Velho Zona Norte, tendo o prazo de Integralização do Curso de no mínimo 4 (quatro) e no máximo 8 (oito) semestres, ou seja de dois a quatro anos.

A necessidade do curso está disponível com a consideração de que Rondônia está em genuíno desenvolvimento, e que suas estruturas econômicas e sociais também crescem no mesmo sentido, faz-se necessária a implantação o investimento em formação profissional, com o propósito de preparar profissionais melhores e mais qualificados para atender a demanda da sociedade local, por melhores tecnologias requeridas pela administração pública que, a cada dia cresce de forma acelerada, as suas demandas. (IFRO, 2022).

Desta forma, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na modalidade EaD, foi concebido de modo a se integrar ao desenvolvimento econômico, político, cultural e social dos locais de oferta, os considerados como uma região influenciadora dentro do estado, respondendo a missão de desenvolvimento sustentável da sociedade. (IFRO, 2022)

Além disso, com a utilização de metodologias EaD, o IFRO se torna a única instituição de ensino, a oferecer o curso de forma totalmente gratuita, e com potencial de alcance de todo o estado de Rondônia. Algumas instituições de ensino privada também tem ofertado o Curso Superior Tecnológico em Gestão Pública na mesma modalidade, com concentração na capital, Porto Velho, deixando muitos municípios sem cobertura de oferta de cursos superiores.

Devido a amplitude da oferta para o estado, não foi realizada uma vasta pesquisa de demanda com a população a sobre o curso. Contudo, consultadas 52 prefeituras do estado, com as quais o IFRO já mantém termo de parceria ofertando cursos na modalidade EaD e constituindo Polos de Apoio Presencial para as ofertas, tendo registrado interesse unânime no curso proposto, sendo este interesse confirmado pelos dados econômicos já apresentados.

Observa-se que os IFs ao proporcionarem cursos EaD, vão de encontro com as necessidades de uma parcela da população que não tinham acesso aos cursos oferecidos, e algumas vezes nem capital para pagar os cursos nas instituições de ensino privadas. Em se tratando da distância, o curso EaD Superior de Tecnologia em Gestão Pública, tem alunos de diversos municípios do estado de Rondônia, que não conseguiriam estudar, se não fosse por meio de uma instituição pública gratuita.

3.2 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA UTILIZADA PELO IFRO NO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA EaD.

Além das tecnologias tradicionais e das novas tecnologias, o desafio da EaD é privilegiar a autonomia intelectual, isto significa “conceber metodologias de ensino e estratégias de utilização de materiais de ensino/aprendizagem que potencializem ao máximo as possibilidades de aprendizagem autônoma” (BELLONI, 2001, p. 26). Nesta óptica, os conteúdos desenvolvidos cumpriram metas pré-elaboradas para cada parte do currículo, os materiais pedagógicos foram elaborados pelos próprios professores, bem como livros digitais, artigos técnicos e científicos disponíveis online, aulas online, entrevistas, e/ou palestras criadas a partir de cada componente e outros materiais complementares como; diapositivos, links de internet, casos e atividades individuais e coletivas concebidas para desenvolver no mesmo ambiente e/ou sem intervenção empírica.

Excepcionalmente na turma Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD 2020/2, não passou pelas sessões de avaliação presenciais, devido ao distanciamento social causado pelo corona vírus. Contudo, ocorreram o uso de outras metodologias onde foi possível obter resultados positivo. Nesse sentido, pode-se utilizar uma atividade condicional, onde o aprendiz passa para outro conteúdo do mesmo componente somente após concluir atividades que possibilitem mensurar o aprendizado do conteúdo anterior, o que não ocorreu foi a realização das avaliações presenciais.

Deixando esse critério a parte, a autonomia do aluno foi, e é considerada no gerenciamento do tempo reservado para o aprendizado e realização da atividade, na RESOLUÇÃO Nº 12/REIT-CEPEX/IFRO, dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública EaD, do Instituto Federal de Educação. (RESOLUÇÃO 12/REIT, 01/07/2020) levando em consideração apenas a observância dos prazos estabelecidos para a conclusão da atividade. Além disso, é primada a autonomia acadêmica na realização das atividades cotidianas relacionadas ao conteúdo discutido, na elaboração de propostas de atividades de extensão e na definição de atividades de pesquisa em relação aos trabalhos preparatórios de curso.

A articulação entre teoria e prática é analisada e assegurada conforme necessário com os componentes curriculares, caso em que a prática se situa entre a

teoria e é realizada a partir das atividades propostas pelos docentes formadores dos departamentos, caso em que é possível para usar simuladores online eletrônicos, meios de comunicação, ação in loco e outras possíveis estratégias de proposta. (RESOLUÇÃO SEI/IFRO, 01/07/2020).

A estratégia de ensino utilizada como metodologia de ministração do curso principal é oferecer 02 disciplinas ao mesmo tempo, em duplas e sob uma perspectiva, para realizar atividades interdisciplinares que explanem os componentes, incluindo a execução prática e teórica, cargas de trabalho de extensão a serem implementada quando houver. (RESOLUÇÃO SEI/IFRO, 01/07/2020).

Segundo a Resolução SEI/IFRO (01/07/2020), as metodologias propostas visam ao rigor, à solidez e à integração dos conhecimentos teóricos e práticos, voltados para a formação do profissional e do cidadão. O objetivo é oportunizar aos alunos as bases da aprendizagem contemplando os 4 pilares da educação do século XXI: “o aprender a aprender que engloba aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer”, garantindo a formação de profissionais com autonomia e discernimento para assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento prestado ao indivíduo e à coletividade (DELORS, 2010).

A Educação a Distância (EaD) propõe por meio da interação a possibilidade de aprendizagem contínua a qualquer tempo e em qualquer espaço. Assim, a EaD do século XXI, caracteriza-se pela aplicação e uso de uma diversidade de recursos tecnológicos, conforme estabelece a LDB 9.394/96, Art. 80, dentre eles: os ambientes virtuais para a interação em fóruns virtuais, chats, e-mails e teleconferência. Além das tecnologias tradicionais e das novas tecnologias, o desafio da EaD é privilegiar a autonomia intelectual, isto significa “conceber metodologias de ensino e estratégias de utilização de materiais de ensino/aprendizagem que potencializem ao máximo as possibilidades de aprendizagem autônoma” (BELLONI, 2001, p. 26).

Nessa perspectiva, os conteúdos desenvolvidos atenderão as ementas previamente estabelecidas para cada componente curricular, podendo ser elaborados materiais didáticos pelos próprios professores dos componentes, como também utilizadas a adoção de livros digitais, artigos técnico-científicos disponíveis online, webaulas, entrevistas, enquetes e/ou palestras produzidos para cada componente, além de outros materiais complementares como slides, links de internet, cases e de atividades individuais e coletivas, a serem desenvolvidas no mesmo ambiente e/ou

com intervenção empírica, bem como de sessões presenciais de avaliação, sem prejuízo da adoção de outros métodos aptos à produção dos resultados almejados.

Como estratégias de aprendizagem a Resolução SEI/IFRO (01/07/2020), informa que deverá ser adotada a participação interativa do graduando no processo de aprendizagem, em situações desencadeadas por desafios, problemas reais ou simulados, desde que os conduza a ações resolutivas e aprendizagens significativas que envolvam a pesquisa, levando-o a construção do conhecimento científico em sintonia com os eixos temáticos e objetivos do curso, estabelecendo assim, a relação entre teoria e prática por meio de estratégias que possam imbricar conceitos e experiências que o preparem para o exercício profissional.

Nesse sentido, continuando na Resolução SEI/IFRO (01/07/2020) podem ser utilizadas atividades condicionais, em que o discente somente avança a outro conteúdo de um mesmo componente após a realização de atividades que permitam mensurar o aproveitamento de aprendizagem em conteúdo anterior. As atividades serão continuamente acompanhadas pelo corpo de tutoria, pelas equipes de apoio pedagógico e de apoio multiprofissional, visando garantir a participação ativa dos alunos, o entendimento dos conteúdos e atividades propostas. Dentre eles a acessibilidade metodológica as necessidades educacionais específicas, utilizando, sempre que possível e necessário, a tradução em LIBRAS e diagramação adaptada de materiais. O acesso regular ao AVA é obrigatório e o aluno deve cumprir os prazos divulgados em calendário acadêmico e nos recursos do próprio ambiente virtual.

A estrutura do curso é baseada na educação interativa, significativa e flexível, pautada nos princípios da autonomia, cooperação e interação e com uso de recursos tecnológicos como suporte, composto pelo seguinte itinerário: acesso às webs aulas e materiais didáticos vinculados; estudos a distância e cumprimento das atividades de percurso e a realização de avaliações presenciais.

Nesta concepção, é considerada a autonomia discente na gestão do tempo dedicado aos estudos e realização de atividades, sendo observado apenas a necessidade de cumprimento dos prazos estabelecidos para tais ações. Além disso, deverá ser incentivada a autonomia do acadêmico na realização das atividades cotidianas referentes aos conteúdos abordados, na proposição de atividades de extensão e na definição de atividades de pesquisa referentes aos Trabalhos de Conclusão de Curso.

Estratégias de ensino previstas no curso A principal estratégia de ensino a ser operacionalizada como metodologia de execução do curso consiste na oferta de 02 (duas) disciplinas por vez, em pares, e com a perspectiva da realização de atividades interdisciplinares envolvendo os componentes, inclusive quanto a execução de carga-horária prática e de extensão, quando houver.

Dentre outras possíveis estratégias a serem executadas visando o melhor aproveitamento do processo de ensino/aprendizagem, pode-se ter evidenciado no PPC do Curso: I, Ambiente Virtual de Aprendizagem: espaço destinado ao aluno para acesso aos materiais didáticos dos componentes, realização de atividades, interação com colegas e professores. Deverá contar com um roteiro de navegação (algumas direções do que está disponível na plataforma), para que o aluno possa, não só conhecer, mas explorar as ferramentas e recursos disponíveis para dar apoio à sua jornada em busca do conhecimento. II. Plano de estudos: cada componente curricular deverá disponibilizar uma agenda com as atividades para os alunos, ajudando na organização deles e facilitando o ciclo de aprendizagem; III. Material didático: sejam e-books, vídeos online, apostilas, ou quaisquer outros materiais para apoiar o ensino. Deverão ser disponibilizados antecipadamente para permitir a exploração do material para tirar dúvidas posteriores; IV. Webaula: aula de curta duração, gravada, disponibilizada via internet, a qual o aluno poderá assistir no seu tempo e a partir de seu próprio computador. A gravação de webaulas compõe o material didático e será obrigatória para todos os componentes; V. Estudos à Distância e Atividades de Percurso (AP): os estudos à distância estarão apoiados em atividades complementares - as atividades de percurso, e no aprofundamento em materiais de apoio.

As APs são atividades avaliativas desenvolvidas ao longo da disciplina e realizadas por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem, podendo serem feitas em grupo e/ou individual; VI. Avaliações presenciais: serão obrigatórias para a conclusão das disciplinas e do curso e compreende avaliação presencial em cada disciplina da grade do curso. As avaliações presenciais seguirão dias e horários especificados em calendário acadêmico; VII. Excursões e visita técnica: visita orientada de alunos e professor-tutor a ambientes de produção ou serviços relacionados ao curso, com vistas à vivência prévia das condições de trabalho, e que pode ser computada como aula, quando envolve toda a turma à qual a aula se aplica.

Transversalidade no currículo, o estudo de temas transversais converge para a formação do egresso como sujeito pleno, com formação humanística e de cultura geral integrada à formação profissional, com princípios éticos, capaz de interagir e aprimorar continuamente seus aprendizados a partir da convivência democrática com culturas, modos de ser e pontos de vista divergentes. Entre esses temas são constituídos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e compreendem seis áreas: Ética, Orientação Sexual, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural e Trabalho e Consumo.

Com descrição as habilidades e competências do egresso do curso, tem-se a relação entre teoria e prática, a qual foi analisada e resguardada por componente curricular, quando aplicável, devendo a prática ser intercalada a teoria e cumprida a partir de atividades propostas pelos professores formadores das disciplinas, podendo ser utilizados simuladores eletrônicos online, jogos online, recursos de interação, realização de atividades presenciais in loco e outras estratégias possíveis de proposição. Tal concepção visa a capacitação profissional de forma diversificada, interativa e flexível para as necessidades atuais do mercado, proporcionando aos futuros gestores públicos contribuir para a gestão e o fortalecimento das organizações, visando proporcionar uma sólida formação com o propósito de formar um profissional generalista que valorize a interdisciplinaridade, que tenha autonomia no pensar e decidir e que seja capaz de atender as necessidades regionais e nacionais no âmbito de suas competências profissionais.

Nesse sentido conclui-se que o termo “Presencialidade” pode significar, também, “estar juntos virtualmente”. O espaço físico está dando lugar ao ciberespaço ou à construção de “redes de aprendizagem”, nas quais educadores e estudantes aprendem juntos, interagem e cooperam entre si. (COSTA 2021, p.10).

O treinamento corporativo ganha destaque porque na atualidade se vive na era da informação, não do conhecimento, onde as tecnologias de informação e comunicação estão prontamente disponíveis, rapidamente tornando-se obsoletas, formas e técnicas são recriadas o que dá a necessidade de treinamento constante conforme afirmou Santos et.alii (2014), quando lembra que a necessidade de treinamento é iminente, porém, o acúmulo de tarefas e o cansaço muitas vezes afastam os profissionais dos currículos presenciais, deixando mais espaço para o ensino a distância, como mais uma opção para as pessoas que buscam qualificação

O excesso de informação leva à distração, dispersão, falta da atenção, sensação do já visto, e à impossibilidade de contemplação. Configura uma cultura do tipo “mosaico”, sem profundidade, desestruturada e superficial, com mensagens padronizadas. Para focar a atenção em aspectos essenciais, em princípios é preciso redescobrir o olhar do estrangeiro que, diante de um velho prédio ou de um jardim, se detém e admira os detalhes; um olhar capaz de contemplar o que os outros, cansados de observarem em seu cotidiano, não conseguem mais apreciar (ABED,2012, p.43)

Na educação presencial, o calendário e a aula, que constituem elementos pontuais reguladores e de controle, são delimitadores de tempo dentro do espaço para a construção do conhecimento, contudo ao se tratar da EaD, estes são substituídos, pelo ambiente virtual de aprendizagem, o qual está aberto de acordo com o tempo e disponibilidade do educando.

Assis & Abranches, (2021) disseram que para o programa de ensino a distância ser eficaz, as propostas pedagógicas precisam ser adaptadas às necessidades específicas do programa, significa incorporar as habilidades específicas de comunicação e interação digital de um aluno, bem como seu conhecimento do AVA. Os alunos aprendem como ensinar a si mesmos de maneira eficaz por meio de um caminho educacional que não envolve autoridade externa. Portanto, as propostas pedagógicas precisam ser objetivas, claras e de fácil compreensão para que os alunos as compreendam com facilidade.

4. CONSIDERAÇÕES

Vivemos em mundo com um ritmo frenético, as coisas evoluem muito rápido, e rejeitar o novo, é uma atitude até compreensiva, porém precisamos desconstruir a ideia de que não se deve arriscar. No caso da inserção das novas tecnologias na educação, descobriu com esse estudo que já é um processo em desenvolvimento que vem caminhando a passos lentos, mas que com o surto pandêmico provocado pela covid 19, se tornou emergente no setor educacional, fomentando a necessidade de se adequar ao novo.

No EaD, a prática diária de aulas é substituída pela vontade do aluno em decidir como, onde e quando aprender, a surpresa da autonomia, leva alguns a terem problemas no aprendizado, por isso nem todos se formam no EaD com sucesso. Pois,

resultados bem-sucedidos exigem algumas qualidades pessoais, um dos principais requisitos para fazer um curso EAD é ser capaz de se dedicar a continuidade diária nos estudos com seriedade e regularidade.

Observou-se que o curso EaD contribui e muito quanto ao acesso a um ensino superior de qualidade e gratuito, dando oportunidades para aquele com dificuldades de acesso as faculdades, como por exemplo os que residem longe dos polos e compus, inclusive na zona rural. Porém não se pode negar que há algumas dificuldades encontradas nessa modalidade de ensino, como; dificuldade de manusear de forma correto os meios digitais e tecnológicos usados na ministração dos cursos, a incompreensão da linguagem didática, as quedas bruscas de energia, conexão com internet ruim e a falta de uma política pública em prol da Educação a Distância de forma mais específica

Observou-se que as tecnologias são indispensáveis, principalmente na EaD, e que há uma necessidade de políticas públicas voltada para programas desenvolvidos com intuito de instruir alunos e professores, a utilizar as TICs podendo assim, explorar todos os benefícios que o uso das mesmas traz para as instituições de ensino e aprendizagem

Sobre o IFRO, observou-se que o acesso regular ao AVA é obrigatório e o aluno deve cumprir os prazos divulgados em calendário acadêmico e nos recursos do próprio ambiente virtual para obtenção de sua pontuação avaliativa. Já a estrutura do curso é baseada na educação interativa, significativa e flexível, pautada nos princípios da autonomia, cooperação e interação e com uso de recursos tecnológicos como suporte.

Observou-se também que o Instituto Federal em Rondônia, veio possibilitar o acesso ao nível superior na educação a diversas pessoas que dantes não o tinham, e que estavam à mercê das instituições privadas onde o valor cobrado da mensalidade falta nas despesas do lar, com isso é de suma importância que os cursos dos IFs não só em Rondônia, mas em todo o território nacional ampliem cada vez mais a oferta para ajudar as pessoas que não tem como chegar a uma instituição de ensino superior.

Dessa forma, as aulas e demais atividades de ensino dos cursos presenciais começaram a partir de 18 de março 2020, ser realizadas por meio de metodologias a distância, utilizando-se das diversas ferramentas de Tecnologia da Informação e

Comunicação (TIC) e de alternativas pedagógicas quando necessárias. Também as ações administrativas passaram a ser executadas de forma remota.

Juntamente com todas as atividades que continuaram sendo realizadas virtualmente, a instituição conseguiu contribuir com a sociedade na busca pelo combate à COVID-19. O IFRO assinou em março 2020, um acordo de cooperação técnica com entidades rondonienses. Entre os exemplos de ação que a instituição vem realizando estão a produção de álcool em gel nos campi Colorado do Oeste e Ji-Paraná, a impressão de máscaras faciais para colaborar com o sistema de saúde nos campi Vilhena, Porto Velho Calama, Ji-Paraná e Cacoal, o transporte de estudantes de medicina repatriados de países vizinhos como a Bolívia e as ações de solidariedade nas unidades de Porto Velho, Guajará-Mirim, Cacoal e Colorado do Oeste com a distribuição de alimentos.

No horizonte, A reorganização do catálogo de ofertas do IFRO para atendimento aos percentuais legais; A formulação de programas e ações com vistas ao aprofundamento da democratização do acesso; A Eficiência Acadêmica e a redução da evasão; A Internacionalização; A Consolidação da Educação a Distância; A composição de quadro de servidores para o pleno atendimento às demandas das unidades; A qualificação e a Capacitação dos servidores; A busca contínua pela sustentabilidade financeira institucional, especialmente para as ações de investimentos e uma programação de expansão e consolidação sustentáveis são alguns dos desafios que se impõem e que deverão ser enfrentados na formulação do novo PDI.

O novo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2023 – 2027) deverá, em tudo quanto for positivo, ser uma continuidade daquele ainda vigente, mas também consistir em instrumento de transformação e inovação, para que, pelo aprendizado com as experiências, o agregado de conhecimentos e as novas capacidades instaladas, possa avançar ainda mais em oferta de qualidade e maior alcance dos objetivos e finalidades institucionais.

Convidamos a comunidade acadêmica geral para participar ativamente desse processo fundamental e inalienável de planejamento institucional. Juntos, haverá muito mais criatividade, análise mais qualificada do que foi realizado e melhor indução do atendimento da Visão de Futuro. Contamos com todos nesse grande desafio!

REFERÊNCIAS

ABED. Associação Brasileira de Educação a Distância. **Competências Para Educação A Distância: Matrizes E Referenciais Teóricos**, 2012. Disponível em: https://www.abed.org.br/documentos/Competencias_Final_Ago2012.pdf

ALMEIDA, M. E. B. Tecnologias na Educação: dos caminhos trilhados aos atuais desafios. In: **Bolema, Rio Claro** (SP), n. 29, 2008. p. 99-129.

ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. In: Revista Brasileira de aprendizagem Aberta e a Distância, v. 10, 2011.

Assis, M. dos S. de, & Abranches, S. P. (2021). Modelos Pedagógicos para Educação a Distância: uma Revisão Sistemática. *EaD Em Foco*, 11(1). <https://doi.org/10.18264/eadf.v11i1.1581>

BERNARDO, V. Educação a distância: fundamentos e guia. Universidade Federal de São Paulo UNIFESP, 2004.

BEHAR, P. A. Modelos Pedagógicos para a Educação a Distância. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BEHAR, P. A. **Competências em Educação a Distância.** Porto Alegre: Grupo A, 2013.

BELLONI, Maria Luiza. Educação a distância. São Paulo: Autores Associados, 2009.

CARVALHO, R. O. A configuração da educação á distância no Brasil: A qualidade do ensino em questão. São Luis. 2009

CARVALHO, Rutineia de Oliveira. A configuração da educação a distância no Brasil: A qualidade de ensino em questão. Boa vista, 2009.101f

COELHO, Maria de Lourdes. A evasão nos cursos de formação continuada de professores universitários na modalidade de educação a distância via internet. Disponível em:

COSTA, K. A. S. EaD, Ensino Híbrido e Ensino Remoto Emergencial: Perspectivas Metodológicas. In: DIRAC/PROENS/IFPR, 2021

FAVERO, R. V. M. Dialogar ou evadir: Eis a questão!: Um estudo sobre a permanência e a evasão na Educação a Distância, no Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

OLIVEIRA, É. T. EaD e Ambientes Virtuais de Aprendizagem: Dimensões Orientadoras para Seleção de Mídias. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2019. 177 p.

LIMA, K. V. A. A criação da rede federal de educação profissional e científica e tecnológica (RFEPCT) e a origem do Instituto Federal do Mato Grosso (FMT). **Tese (Doutoramento)** Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE) Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2018, 135p.

LIMA, J. M. M. A inserção das novas tecnologias digitais na educação em tempos de pandemia. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, Ano 06, Ed. 03, v. 03, 2021. p. 171-184.

LIMA, V. A. A criação da rede federal de educação profissional e científica e tecnológica, (RFEPCT) e a origem do Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT). Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. 53f.

- LITWIN, E. Educação a Distância: Temas para o Debate de Uma Nova Agenda Educativa. Porto Alegre: Artmed. 2001.
- LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e criando a prática. 2 ed. Salvador: Malabares Comunicações e eventos, 2005.
- MAIA, C.; J. MATTAR. ABC da EaD: a Educação a Distância hoje. São Paulo: Pearson. 2007.
- MILL, Daniel; FERREIRA, Marcello; FERREIRA, Deise Mazzarella Goulart. A inserção das tecnologias digitais na prática pedagógica: visando uma aprendizagem significativa. In: Produção Didático-Pedagógica Professor PDE, 2013.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. MEC. <http://portal.mec.gov.br/>, acesso 21/11/2022.
- MORAN, J. M. Novos caminhos de ensino a distância. Centro de Educação a Distância, SENAI: Rio de Janeiro, 2012.
- MORAN, J. M. O que é Educação a Distância. Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>. Acesso em: 14 nov. 2009
- CARVALHO, R. O. A configuração da educação a distância no Brasil: A qualidade do ensino em questão. São Luis. 2009
- CARVALHO, Rutineia de Oliveira. A configuração da educação a distância no Brasil: A qualidade de ensino em questão. Boa vista, 2009.101f
- NUNES, I. B. Noções de Educação a Distância. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/21015548/Artigo-1994-Nocoos-de-Educacao-a-Distancia-Ivonio-Barros-NUNES>
- OLIVEIRA, É. T. EaD e Ambientes Virtuais de Aprendizagem: Dimensões Orientadoras para Seleção de Mídias. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2019. 177 p.
- VIEIRA, L. A. Entre o Real e o Virtual: A educação a distância (EaD) para o educar (aprender e ensinar) pela pesquisa. São Paulo. 2011
- SILVA, Â. C. Educação e tecnologia: entre o discurso e a prática. Rio de Janeiro, RJ, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 19 de mai. De 2022.
- SILVA, E. Os Desafios Da Escola Pública Paranaense Na Perspectiva Do Professor. Produções Didático-Pedagógicas PDE, 2013.
- HOFFMANN, J. Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.
- PAQUAY, L.; ALTET, M.; CHARLIER, É. & PERRENOUD, P. Formando professores profissionais. Quais estratégias ? Quais competências ?. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
- SCHNEIDER, D.; SILVA, K. K. A; BEHAR, P. A. Competências dos atores da educação a distância: professor, tutor e aluno. In: BEHAR, P. A. (Org.). Competências em Educação a Distância. Porto Alegre: Grupo A, 2013.
- SANTOS, F. M. L. N. Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará - Evasão Na Educação A Distância: Um Estudo da Evasão Na Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará – EGP Fortaleza - CE – 05/2014

VIEIRA, L. A. Entre o Real e o Virtual: A educação a distância (EaD) para o educar (aprender e ensinar) pela pesquisa. São Paulo. 2011

VIEIRA, Leocilêa Aparecida. A biblioteca universitária como órgão de apoio e de acesso à produção do conhecimento. Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, 2000.

LEGISLAÇÃO

Medida Provisória 934, de 1º de abril de 2020 - suspende a obrigatoriedade de escolas e universidades cumprirem a quantidade mínima de dias letivos neste ano em razão da pandemia de Covid-19. A carga horária mínima de 800 horas (fração-relógio), porém, deve ser cumprida.

Portaria Proens n. 23, de 1º de junho de 2020 - Prorroga a data de referência para aplicação dos procedimentos internos concernentes à proposição e implementação de atividades Pedagógicas não Presenciais (APNP).

Parecer CNE/CP n. 11, de 7 de julho de 2020 – Preleciona Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia.

Decretos

[Decreto Nº. 5.622](#), de 19 de dezembro de 2005, regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB).

[Decreto N.º 5.773](#), de 09 de maio de 2006, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino.

[Decreto N.º 6.303](#), de 12 de dezembro de 2007, altera dispositivos dos Decretos nos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino.

Portarias

[Portaria nº 1](#), de 10 de janeiro de 2007.

[Portaria nº 2](#) (revogada), de 10 de janeiro de 2007.

[Portaria nº 40](#), de 12 de dezembro de 2007.

[Portarian nº 10](#), de 02 julho de 2009

Resolução 01/07/2020 SEI/IFRO - 0950751 - Resolução

https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1031070&infra_sist... 13/62...

https://cursos.ead.ifro.edu.br/pluginfile.php/1/local_pages/pagecontent/RESOLU%C3%87%C3%83O%20N%C2%BA%2012REIT.pdf